

## **PROCEDIMENTO:**

### **AJUSTE DIRETO N.º 02/DAF/2025**

(De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 42º do Código dos Contratos Públicos)

### **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM E LUZ PARA O FESTIVAL DE SABORES MIRANDESES**

### **CADERNO DE ENCARGOS**

**Cláusulas jurídicas e técnicas**

**janeiro de 2025**

**PARTE I**  
**Cláusulas Contratuais**

**Cláusula 1ª**

**Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no seguimento do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“Locação de Equipamentos de Som e Luz para o Festival dos Sabores Mirandeses”**, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II deste Caderno de Encargos.

**Cláusula 2ª**

**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
4. Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos, a autarquia reserva-se no direito de não contratualizar, caso ocorra a indisponibilidade de fundos, nos termos constantes na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, complementada pelo decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho.

**Cláusula 3ª**

**Prazo de execução do serviço**

O prazo da execução do serviço é de **3 dias**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

**Cláusula 4ª**

**Preço Base**

1. O valor base para efeitos do presente procedimento é de **7.000,00 €** (sete mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição da prestação de serviços, que constitui

objeto do procedimento, durante o seu período de vigência.

2. O valor base referido no ponto anterior, nos termos do nº 3 do artigo 47º do CCP, foi fixado com base na consulta preliminar efetuada ao mercado, nos termos do artigo 35º A do CCP efetuada pelos serviços requisitantes, com vista à recolha de estimativa orçamental para os serviços a prestar.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Preço Anormalmente Baixo**

Nos termos do nº 1 do artigo 71º do CCP não é definido preço anormalmente baixo.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Condições gerais da prestação**

A prestação de serviços subjacente ao objeto do presente procedimento deve ser executada em conformidade com a legislação aplicável e com o presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 7ª**

##### **Obrigações principais do locador**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o locador as seguintes obrigações principais:

- a) Locação dos bens identificados na Parte II — Cláusulas técnicas do caderno de encargos;
- b) Obrigação de transporte, montagem e desmontagem dos equipamentos, mencionados na parte II, respeitando as necessidades técnicas e logísticas;
- c) Obrigação de prestar assistência técnica aos equipamentos.

2. O locador fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3. A montagem, desmontagem, suportes técnicos e logísticos à apresentação dos eventos/espetáculos é da responsabilidade do locador, incluindo eventuais transportes do material.

4. O locador deve garantir as condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores, artistas e técnicos envolvidos no

5. Obriga-se também o locador a possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

#### **Cláusula 8ª**

##### **Obrigações e deveres da entidade adjudicante**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, constituem obrigações principais do Município:

- a) Acompanhar/verificar a execução do serviço;



- b) Pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente exigido;
- c) O preço referido na alínea anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### **Cláusula 9ª**

##### **Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, durante a execução do serviço, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o Município de Miranda do Douro venha a ser desmandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o fornecedor indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer todas as quantias que de pagar seja a que título for.

#### **Cláusula 10ª**

##### **Conformidade e garantia técnica**

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos serviços prestados ao Município de Miranda do Douro no âmbito da execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 11ª**

##### **Objeto de dever e sigilo**

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Miranda do Douro, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 12ª**

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer

deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 13ª**

##### **Proteção de dados pessoais**

1. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados constante do diploma n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/04/2016.
2. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
3. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Preço e pagamento**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Miranda do Douro deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Não haverá lugar à revisão de preços.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Miranda do Douro, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção, pelo Município das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão total da execução do serviço objeto do contrato a celebrar.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Miranda do Douro, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.



4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas são pagas por transferência bancária para a Instituição de crédito indicada pelo fornecedor ou através de emissão de cheque.

5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o contraente direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legal fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP, com a nova redação dada pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

6. As faturas, em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos e nos termos do Decreto-Lei 123/2018, de 28 de dezembro, e subsequentes alterações, podem ser enviadas eletronicamente por uma das seguintes formas:

- I. através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (EDI), tendo selecionado a empresa YET - Your Electronic Transactions, Lda. para o fornecimento da solução de tratamento de faturas eletrónicas;
- II. através de email, sendo que neste caso, devem enviar as faturas eletrónicas para **fatura.eletronica@cm-mdouro.pt**, anexando o respetivo PDF da fatura (assinado digitalmente) e o ficheiro XML (ver nota seguinte).

7. O tratamento das faturas remetidas através de email, endereço supra-referido, é um processo automatizado, pelo que o email deverá ser remetido contendo em anexo um ficheiro PDF assinado e um ficheiro XML no formato UBL 2.1 (modelo CIUS-PT preferencialmente), sendo que se não se enquadrar nestes parâmetros o sistema de gestão não fará o devido processamento.

A entidade competente para prestar algum esclarecimento adicional sobre esta matéria é a PI – Portugal Informático (YET - Your Electronic Transactions), à data, empresa responsável pela solução adotada pelo Município para receção e tratamento de faturas eletrónicas, sendo disponibilizada a informação técnica que se revele necessária.

8. Caso, ainda, não seja obrigatório o envio eletrónico de faturas, poderão as mesmas ser enviadas por correio postal para Município de Miranda do Douro, Largo D. João III 5210-190 Miranda do Douro, ou, alternativamente, em PDF para o mesmo email, mantendo o original disponível caso seja solicitado o seu envio para efeitos de auditabilidade.

9. **A mesma fatura nunca deverá ser enviada por mais do que um dos meios acima descritos**, sob pena da duplicação da tramitação com eventuais reflexos no respetivo processo tendente à conferência e pagamento.

#### **Cláusula 16ª**

##### **Penalidades**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Miranda do Douro pode exigir ao locador o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2. Pelo incumprimento de qualquer um dos prazos de execução e dos níveis de serviço fixados a entidade adjudicante pode aplicar ao adjudicatário uma pena pecuniária até ao máximo de 0,5% do valor do contrato, por dia útil de atraso.



3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do locador, o Município de Miranda do Douro pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço contratual.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Miranda do Douro tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do locador e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Miranda do Douro pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Miranda do Douro exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 17ª**

##### **Contrato**

1. Não é exigível a redução do contrato a escrito, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 95º, caso o preço contratual não ultrapasse os 10.000,00 €.
2. Quando a redução do contrato a escrito não tenha sido exigida ou tenha sido dispensada nos termos do disposto no número anterior, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada, não se podendo, porém, dar início a qualquer aspeto da sua execução antes de decorrido o prazo de 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação e, em qualquer caso, nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, da comprovação de prestação de caução, quando esta for devida, e da confirmação dos compromissos referidos na alínea c) do nº 2 do artigo 77º do Código dos Contratos públicos, sem prejuízo no nº4 do artigo 95º.

#### **Cláusula 18ª**

##### **Casos fortuitos e de força maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

#### **Cláusula 19ª**

##### **Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhes incumbem, designadamente:
  - a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos decorrentes da prestação de serviços;
  - b) Quando os serviços prestados não correspondam às especificações constantes deste caderno de encargos.



c) Quando o adjudicatário se dissolva, extinga por qualquer meio, ou seja, declarado insolvente.

2. O direito de resolução do adjudicatário rege-se pelo disposto em legislação especial.

#### **Cláusula 20ª**

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 120 dias;
- b) O montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido nos termos da Cláusula 23ª.

3. Nos casos previstos na alínea a) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 3 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444 Q do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 21ª**

##### **Caução**

Nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução, contudo, poderá a Câmara Municipal, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar nos termos do nº 3 do mesmo artigo.

#### **Cláusula 22ª**

##### **Seguros**

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao fornecimento do serviço prestado, nomeadamente, de responsabilidade civil.

2. O Município de Miranda do Douro pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de cinco dias úteis.

#### **Cláusula 23ª**

##### **Foro competente**

Para resolução dos litígios decorrentes da execução do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 24ª**

##### **Alterações ao contrato**

1. Qualquer intenção de alteração ao Contrato deverá ser comunicada pela parte interessada na



mesma à outra parte.

2. Qualquer alteração ao Contrato terá que ser efetuada por escrito e assinada por sujeito legal ou estatutariamente habilitados para representar a entidade adjudicante e o adjudicatário.

#### **Cláusula 25ª**

##### **Cessão da posição contratual**

1. A cessão total ou parcial, da posição contratual do adjudicatário e a associação, sob qualquer forma, a outra entidade para execução do Contrato depende de autorização escrita do Município.
2. Para efeito do disposto no número anterior, o pedido de autorização deve ser formulado com pelo menos 30 dias de antecedência relativamente à data prevista para o acordo de cessão ou de associação.
3. O pedido de autorização previsto no número anterior deve ser instruído com a minuta de acordo de cessão ou de associação.

#### **Cláusula 26ª**

##### **Contagens de prazos**

A contagem de prazos previstos no presente Caderno de Encargos, serão aplicáveis as normas contidas no artigo 471º do Código dos Contratos Públicos, sendo estes contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias de feriado, não se suspendendo nem interrompendo em férias.

#### **Cláusula 27ª**

##### **Legislação Aplicável**

O Contrato é regulado pela legislação portuguesa.



## PARTE II

### Cláusulas técnicas e especiais

#### Cláusula 28ª

##### Especificações Técnicas

1. O objeto do contrato consiste na locação do equipamento de som e luz, designadamente:

- o Palco Principal (SOM): Martin Audio;
- o Subs Martin Audio;
- o In ears IEM G4; • Monitores de áudio;
- o Mesa de som FOH; • Mesa de som MON;
- o Stage Box's;
- o Carteira de microfones;
- o DI's;
- o Tripés de microfone;
- o Estruturas de Montagem; • Cablagem diversa. o Miniauditório (SOM):
  
- o Mesa de som;
- o Microfones sem fios; • Tripés de Microfone;
  
- o Sonorização Pavilhão:
- o Difusão Sonora (PA, Música ambiente, Sinais de emergência, etc.)
  
- o LUZ:
- o Bearn's 7R;
- o Wash; • Spot;
  
- o Blinders;
- o Strobe;
- o Pares de frente;
- o Pares 56;
- o Pares LED 180;
- o Luzes decorativas;
- o Mesa de Iluminação Grandma2;
- o Splitter Dmx;
- o Dimmer;
- o Estruturas de montagem;
- o Cablagem diversa;

- o Hazers;
- o Fans;
- o Estruturas de montagem;
- o Cablagem diversa

- o Estruturas;
- o Torres modulares;
- o Motores;
- o Controladores de Motores; • Backdrop Preto 12mx5m • Estrados 2mx1m.

2. À locação dos equipamentos mencionados no ponto 1, acresce a montagem/desmontagem, operador técnico, estruturas, equipamentos, acessórios necessários, operadores de PA e calibração de todo o material referenciado, para a realização dos espetáculos que integram a programação do Festival de Sabores Mirandeses, assegurando o rider técnico dos artistas contratados, bem como o som ambiente da feira, cooperando em todas as atividades da Feira da Bola Doce e Produtos da Terra que necessitem da sua técnica, a realizar nos dias 14, 15 e 16 de fevereiro de 2025.

3. São da responsabilidade da entidade adjudicatária todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Miranda do Douro, 13 de janeiro de 2025

A Presidente da Câmara Municipal



(Helena Maria da Silva Ventura Barril, Dr<sup>a</sup>.)